

Ensino ruim até em Brasília

CRISTINA BRAVO

A situação do ensino público de primeiro grau da Capital da República não difere em muito da de outros estados. Os recursos são poucos, as escolas sofrem a falta de reformas e a evasão e a repetência ainda registram números preocupantes apesar de baixos em relação a outros estados, segundo afirma o diretor-executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal, José Silva Quintas. O nível de evasão na oitava série chega a 19,5% e a repetência a 27%.

Para uma cidade que tem 1,6 milhão de habitantes, como Brasília é grande a procura pela escola pública. De acordo com dados da Fundação Educacional, a rede pública de ensino básico é responsável por quase 80% das matrículas, enquanto a rede privada fica com a menor fatia do bolo, de 20 a 25%. Para administrar as 430 escolas, 16 mil professores e 350 mil alunos, a Fundação Educacional utilizou este ano Cz\$ 5,8 bilhões, dos quais 90% só para a folha de pagamentos. Para a manutenção das escolas sobraram apenas Cz\$ 105 milhões, que foram gastos com pagamento de contas de água, luz, papel, material de limpeza, entre outros, informou Quintas.

A falta de receita própria — o Distrito Federal é mantido pela União em quase sua totalidade — foi gerando ao longo dos anos a deterioração da rede física das escolas. Ainda hoje 127 salas de aulas de 15 escolas feitas de lata sobrevivem, abrigo, em péssimas

condições, alunos principalmente das cidades satélites, não havendo para o ano que vem nenhuma previsão de verbas extras que possibilitem a sua substituição. A proposta orçamentária para 1988 é de Cz\$ 11 bilhões, mas Quintas estimou que, além desses, serão necessários mais Cz\$ 4 bilhões para reformar as 15 escolas de lata e outras 62, consideradas "em condições físicas precárias", de acordo com levantamento feito em dezembro do ano passado.

Mas a rede oficial de ensino do Distrito Federal pode orgulhar-se de ter as melhores escolas alternativas, como escolas-parques, escolas especiais para excepcionais e ainda o centro de línguas. A maioria desses estabelecimentos está situada, entretanto, no Plano Piloto, onde se concentra a camada mais abastada da população. "Estamos acima da média nacional", disse Quintas, revelando que, apesar disso, o terceiro turno — "turno

da fome" como é conhecido e que funciona das 10 às 13 horas — ainda se faz necessário, atingindo atualmente mais de dez mil alunos das nove regiões administrativas situadas fora do Plano Piloto.

No que se refere aos salários, o Distrito Federal novamente tem uma situação privilegiada. Para uma carga horária de 20 horas semanais, uma professora ganha cerca de Cz\$ 7 mil cruzados e esse é o menor salário pago hoje pela Fundação Educacional. O maior para 20 horas semanais é de cerca de Cz\$ 14 mil. Para o regime de 40 horas semanais o salário inicial é de Cz\$ 14 mil, mas pode chegar até Cz\$ 45 mil, com os incentivos e tempo de carreira. A presidenta do Sindicato dos Professores do DF, Lúcia Carvalho, explicou que há poucos casos de professores com a carga de 60 horas por semana. "Só em casos de muita necessidade, mas nós do sindicato repudiamos essa carga horária que explora o professor e prejudica o ensino", frisou ela.

Lúcia Carvalho tem três filhos, todos estudando em escola pública e garantiu estar muito satisfeita. Assim como o diretor executivo da Fundação Educacional, ela acredita que haja um "mito" em relação à escola particular. Para Lúcia Carvalho a escola pública é a que menos aliena a criança, dando oportunidade a ela de "sociopolitizar-se" mais facilmente e com mais liberdade, "o ensino privado consome o profissional exigindo a reprodução de conteúdo das disciplinas de forma decorada", frisou a sindicalista.

A desmistificação da escola privada já vem sendo sentida no Distrito Federal, onde cada vez mais aumenta a procura de matrículas nas escolas públicas, segundo relatou Lúcia Carvalho. "Com a pauperização da classe média devido aos últimos planos econômicos do governo, os assalariados com renda entre Cz\$ 50 e 100 mil estão procurando colocar seus filhos nas escolas públicas", afirmou.

Tanto ela como Quintas trabalham para resgatar o padrão da escola pública de 1964, "onde o aluno entrava para a Universidade de Brasília sem precisar fazer o vestibular", lembrou Quintas. A outra luta se refere ao retorno do tempo integral que já funciona em poucas escolas atualmente e tem apresentado ótimos resultados. "A reforma do ensino provocada pelo acordo MEC-Usaid em 1968 deu início a um processo de degradação do ensino público que perdeu prestígio junto à sociedade", afirmou o diretor da Fundação Educacional.

No âmbito do Ministério da Educação as propostas para o ensino básico são a de "universalizar o ensino público para que todos tenham educação de boa qualidade", conforme ressaltou o ministro interino, Aloísio Sotero. Para ele, há também necessidade de que os recursos dos Estados e municípios previstos na Emenda Calmon possam atingir os 35%, questão que está sendo discutida pela Assembleia Nacional Constituinte. No MEC, a ordem para o ensino básico é descentralizar recursos e ações.

Brasília/Agência Estado

